

O DESFRALDE COMO OBJETO DE ESTUDO NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS

MORAES, Eliza Brito Freiburger de¹
VERONESE, Elaine Cristina De Barros²
ORBEN, Tiago Arcanjo³
MAIA, Tatiana Peres De Assis⁴

RESUMO

O resultado da desinformação sobre a evolução das práticas educativas é sempre desastroso e o efeito disto comumente se expressa em professores despreparados e alunos se sentindo inadequados. Essa dinâmica é facilmente percebida nos ambientes escolares quanto à forma como alguns profissionais conduzem o momento de desfralde das crianças, perpetuando-se práticas ultrapassadas e comprovadamente prejudiciais. Tudo isso torna urgente a necessidade de se rever qual é a relevância dada ao tema dentro dos cursos de formação de professores que atuam na Educação Infantil. Verificou-se, por meio de questionário, que estudantes de Pedagogia sentem necessidade de estudar melhor o tema e que muitos ainda não diferenciam os métodos que envolvem o desfralde, o que simboliza um caso de desinformação sobre um tema tão importante para o desenvolvimento infantil.

PALAVRAS CHAVE: Desfralde, Ensino Infantil, Pedagogia

POTTY POTTING AS AN OBJECT OF STUDY IN PEDAGOGIST TRAINING

ABSTRACT

The result of misinformation about the evolution of educational practices is always disastrous and the effect of this is commonly expressed in unprepared teachers and students feeling inadequate. This dynamic is easily perceived in school environments in terms of the way some professionals manage children's potty time, perpetuating outdated and proven harmful practices. All of this makes it urgent to review the relevance given to the topic within teacher training courses working in Early Childhood Education. It was found, through a questionnaire, that Pedagogy students feel the need to study the topic better and that many still do not differentiate between methods involving potty training, which symbolizes a case of misinformation on such an important topic for child development.

KEYWORDS: Potty potting; Kindergarten; Pedagogy

1. INTRODUÇÃO

Em relação à profissão de professor de Educação Infantil, muitos conhecimentos práticos sobre os cuidados com crianças são aprendidos apenas durante a atuação profissional, sendo que durante a graduação a ênfase é o ensino de conceitos relativos ao ato de educar e de ensinar os conteúdos. Um destes conhecimentos práticos pouco - ou nada - ensinados na graduação, é o desfralde.

Historicamente, o desfralde se configura como uma etapa que predominantemente há condicionamento de crianças para retirada de suas fraldas, não se observando o devido respeito ao desenvolvimento da criança. As práticas evoluíram, e um desfralde respeitoso, guiado pela criança,

¹ Pedagoga: E-mail: elizabfmoraes@gmail.com

² Psicóloga: E-mail: psico_elainebarros@hotmail.com

³ Professor do Centro Universitário Assis Gurgacz: E-mail: tiagoarben@gmail.com

⁴ Professora do Centro Universitário Assis Gurgacz: E-mail: tatianamai@fag.edu.br

é recomendado fortemente pelos estudiosos da área. Porém, ainda se observa a repetição de padrões ultrapassados em muitas escolas.

O objetivo deste trabalho foi verificar se estudantes de Pedagogia de um centro universitário estão suficientemente informados sobre o tema, e para isto eles foram encorajados a responderem um questionário com perguntas sobre o desfralde.

As respostas evidenciaram um panorama comum no Brasil em relação a este tema tão importante: os estudantes de Pedagogia precisam entrar em contato com o assunto durante a graduação para que atuem conforme as mais recentes evidências científicas e abandonem velhas práticas.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O PROFISSIONAL PEDAGOGO E A PRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O CUIDAR E EDUCAR SÃO IGUALMENTE ENSINADOS NA GRADUAÇÃO?

De acordo com o Art. 29, da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (Brasil, 1996, p. 11), “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade”.

Em concordância com a finalidade descrita na LDB, autores como Pimenta *et al* (1999; 2017) e Saviani (2012), esclarecem a importância de se pensar na estrutura dos currículos dos cursos de Pedagogia com a finalidade de se formar profissionais capazes de atenderem a todos estes aspectos citados na lei, bem como ressaltam a necessidade de o próprio graduando pensar no seu papel como um ato político e de prática social, buscando se preparar verdadeiramente para a docência e o estudo sistemático das práticas educativas e não apenas para a conclusão do curso.

Deste modo, durante o curso de Pedagogia (e além dele), o futuro profissional precisa entender os processos históricos relacionados à educação como um direito, compreendendo que nem sempre as crianças são respeitadas, mesmo tendo o atendimento de todas as suas necessidades garantido por lei (PEREIRA, 2020).

O conhecimento teórico das fases de desenvolvimento da criança é ferramenta fundamental para garantir que durante a prática docente o pedagogo proporcione o desenvolvimento integral dos seus alunos, uma vez que este conhecimento orienta sua prática diária que, na Educação Infantil, envolve sobremaneira o cuidar e o educar (OLIVEIRA *et al*, 2020).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (Brasil, 1998), documento norteador deste trabalho, fundamenta que é preciso respeitar as necessidades individuais de cada criança, promovendo sua saúde. A preservação da vida e desenvolvimento das capacidades humanas de cada um se dá por atitudes e procedimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, considerando ainda as diferentes realidades socioculturais e confiando em suas capacidades, além de ser solidário com suas necessidades e singularidades.

O cuidador precisa se interessar pela criança, criar vínculo, entender o que ela pensa, interessar-se pelo que ela sabe sobre si e sobre o mundo, “visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma” (BRASIL, 1998, p. 15).

Mediante o exposto, fica claro que o cuidar e o educar são constituição central da Educação Infantil e uma não sobrepõe a outra em importância. Cabe ao educador executar seu papel de maneira comprometida e com domínio de conhecimentos baseados em evidências científicas, garantindo aquilo que as crianças necessitam para se desenvolverem, tendo suas necessidades e singularidades respeitadas (Brasil, 1998), as quais são garantidas pela legislação.

Entretanto, corroborando com o pensamento de que em alguns momentos os cursos de Pedagogia estão quase totalmente voltados a saberes teóricos, Valença e colaboradores (2020) constataram que os currículos de formação pedagógica brasileiros investem pouco na formação para a prática profissional e quase integralmente na forma como se desenvolve o processo de construção do conhecimento e do seu desenvolvimento, deixando diversas lacunas entre a teoria e a prática, possibilitando que métodos superados sejam executados mecanicamente sem a necessária avaliação crítica de quem os executa.

Salienta-se que os conhecimentos acadêmicos nem sempre dão o apoio necessário para se resolver questões práticas cotidianas na educação de crianças, especialmente das pequenas, o que deveria levar os educadores a repensarem seu trabalho de forma global, pois a criança é um “sujeito histórico e de direitos” (Brasil, 2010, p.12), instigando-os a investirem constantemente em suas habilidades profissionais.

Indubitavelmente, é necessário discutir o currículo de formação dos professores da Educação Infantil, pois somente com uma base sólida tanto nos aspectos teóricos quanto nos aspectos práticos, o profissional pode agir de maneira crítica e adotar uma conduta profissional satisfatória. Além disso, a formação continuada precisa ter a maior amplitude possível, pois a formação do professor é um processo contínuo e dinâmico (ARRIBAS, 2003).

Bistaffa (2022, p.16) salienta que o educar e cuidar na Educação Infantil “estão previstos nas políticas públicas como ponto estratégico para o desenvolvimento humano e social do indivíduo”,

portanto sustenta a afirmação de que “ambos estão intrinsicamente ligados, almejando que as práticas de cuidados e aprendizagem sejam indissociáveis”.

Por analogia, é imperativo que se explore de diversas maneiras, ainda no seu processo de formação na graduação, como o professor deve realizar esses cuidados, qual é seu papel, bem como que se incentive a busca frequente por pesquisas e avanços científicos que ajudem na sua prática diária. Chaer *et al* (2012), esclarece que o graduando precisa também ser autor da sua história acadêmica, atuando na elaboração do conhecimento, assumindo papel autônomo e aprendendo a pesquisar.

Assim, é o respaldo de pesquisas atualizadas que deve indicar a forma adequada a ser seguida pelo professor no momento que ele vai atuar com os cuidados da criança pequena que frequenta a Educação Infantil, sempre tendo em vista também que “há cuidado na aprendizagem e há aprendizagem no cuidado” (BISTAFFA, 2022, p. 37).

O desfralde é um exemplo destes momentos de aprendizagem e cuidado e, portanto, sua finalidade e execução devem obrigatoriamente seguir critérios científicos atualizados, cuja recomendação é de que se respeite o tempo de cada criança, observados seus sinais de prontidão ou sinais de desfralde e, principalmente a intencionalidade da criança, de maneira que o processo não seja iniciado simplesmente pela vontade ou necessidade do adulto (MRAD *et al*, 2019; TOSIN, 2022).

2.2 O PROCESSO DE DESFRALDE, A FAMÍLIA E A ESCOLA

O processo de desfralde ou treinamento esfinteriano – entendido como momento em que a fralda passa a ser desnecessária porque a criança já é capaz de controlar seu corpo, compreender as suas necessidades, comunicar sua vontade e tem interesse em usar o vaso sanitário - é considerado um marco no desenvolvimento físico e psicológico infantil.

Trata-se de uma conquista para a vida e descoberta do corpo, existindo variabilidade individual na idade de aquisição pois exige sintonia de sensores sensoriais e aprendizagem (MOTA; BARROS, 2007; BARBOSA; QUADROS, 2017; MRAD *et al*, 2019; TOSIN, 2022).

Existem diferentes maneiras de se abordar, conduzir ou acompanhar um processo de desfralde, alguns onde o adulto conduz o processo (métodos de condicionamento e treinamento) e outros com total respeito ao desenvolvimento das crianças, sendo que elas mesmas conduzem o desfralde (nestes métodos o adulto faz o acompanhamento e dá o suporte necessário) (TOSIN, 2022).

Para ficar mais clara a problemática que envolve o desfralde, é preciso entender que em meados dos anos 60 do século XX, “Brazelton sugere que os pais e/ou cuidadores aguardem por “sinais de

prontidão” que serão revelados pelas crianças, demonstrando se estão ou não preparadas para o treinamento” (Souza, 2015, p. 2), seguido por outro estudo base do desfralde, de Azrin & Foxx (1971), que “desenvolveram um método baseado nos princípios do condicionamento e da imitação, com uma abordagem mais intensiva e estruturada” (Souza, 2015, p. 2). Estes estudos ainda dominam o pensamento de muitos profissionais que desconhecem as formas recomendadas atualmente.

Mrad e colaboradores (2019) afirmam que os métodos para aquisição do treinamento esfinteriano, variaram ao longo dos últimos 100 anos e o procedimento conhecido como Abordagem Orientada para a Criança, indicada pela Academia Americana de Pediatria (AAP), é a mais utilizada no mundo ocidental. Ele se resume em uma abordagem centrada na criança, cujas etapas são individualizadas o máximo possível.

Choby, Kiddoo e Hooman, (2008, 2012, 2013 *apud* MRAD *et al*, 2019) enfatizam que o recomendado é não forçar as crianças para o início do processo de controle esfinteriano até que elas apresentem o que se conhece por sinais de prontidão e que os pais estejam preparados para reconhecerem estes sinais em seus filhos.

O Manual de Orientação de treinamento esfinteriano, documento conjunto das Sociedades Brasileiras de Pediatria (SBP) e Urologia (SBU), elaborado por Mrad *et al* (2019), é facilmente encontrado na internet, de fácil leitura e compreensão. É considerado um dos materiais norteadores para o processo de desfralde das crianças brasileiras, principalmente para os pais.

Dentro dos aspectos históricos e evolutivos relacionados ao desfralde, os pesquisadores (MRAD *et al*, 2019) apontam que a idade média na qual crianças com desenvolvimento neuropsicomotor adequado completam o treinamento esfinteriano, aumentou de 24 meses para 36 e 39 meses.

Porém, ainda existe uma ideia de senso comum de que por volta dos 2 anos de idade a criança deve ser desfraldada e que fora disso há um atraso de desenvolvimento ou falha de pais e professores nos seus papéis. Alguns profissionais ainda consideram o desfralde como algo que acontece por decisão da escola e submetem as crianças a um processo protagonizado por adultos desinformados.

Assim, além de sólida formação dos professores em relação ao assunto, a boa comunicação dos pais com a escola em relação ao desfralde, é apontada como necessária e um dos elementos que mais causariam desfechos felizes no processo.

São os pais quem devem dizer como vão conduzir o desfralde e à escola cabe respeitar a decisão familiar, uma vez que não compete ao professor desfraldar seus alunos. Não se incumbe à escola dizer como e quando o desfralde vai ocorrer, mas cabe aos professores ajudarem seus alunos com respeito e sem coerção ou pressa.

Principalmente porque um processo de desfralde precoce ou mal conduzido pode ser determinante para culminar em síndrome de disfunção de eliminações, que são disfunções ligadas aos aparelhos urinário e gastrointestinal (MOTA; BARROS, 2017).

Fica claro, portanto, que é a intencionalidade da criança (TOSIN, 2022) e a capacidade orgânica e psicológica dela, atingidas após um processo de maturidade do seu próprio corpo, o momento chave para que ela esteja dentro do que se chama processo de desfralde (HODGES; SCHLOSBERG, 2021).

Uma metodologia que vem ganhando mais espaço a cada dia é conhecida como desfralde consciente e pode ser considerado uma excelente prática de abordagem orientada pela criança. E mais, a torna protagonista do processo, de forma que respeita sua autonomia e maturidade fisiológica, neurológica, emocional e cognitiva, encorajando os cuidadores a acompanharem o processo com confiança e respeito (GROPPO *et al*, 2021).

Nesta mesma linha de pensamento e com novíssimo olhar para a temática, o desfralde neurocompatível (TOSIN, 2022), dentro da abordagem de desenvolvimento infantil que leva este mesmo nome (Neurocompatível ou NC), tem sido visto como uma forma de garantir o direito das crianças por um processo respeitoso em todos os aspectos ligados a esta fase.

A NC é um movimento ou corrente filosófica educativa fundada pela psicóloga brasileira Márcia Tosin que afirma: “o desfralde acontece basicamente por imitação e desafio social e paralelo a um desenvolvimento neurológico que vai fornecer condições para desenvolvimento da autopercepção, interpretação e elaboração da resposta aos estímulos do próprio organismo (TOSIN, 2022, p. 225).

Assim, sendo a escola um ambiente ideal para que o aspecto social se desenvolva e contribua com essa fase, a depender da forma como os professores conduzem o desfralde, ele pode ser traumático ou não. Desta forma, desfraldes coletivos, tabelas de comparações entre crianças e práticas afins, são formas de expor a criança à vergonha social e a afastam de um desfralde saudável (TOSIN, 2022).

2.3 DESFRALDE SOB PONTO DE VISTA PEDAGÓGICO: MOMENTO DE CUIDADO E PROCESSO EDUCATIVO

O contexto no qual a sociedade ocidental está inserida, que é o capitalismo-produtivista, onde se faz e exige tudo com muita pressa, é bastante perceptível nas escolas e na forma de educar: normalmente há reprodução de métodos pedagógicos tradicionais; todos estão cada vez mais impacientes ou imediatistas, e muitas vezes os adultos exigem das crianças qualidades que elas ainda

não possuem, desrespeitando o seu desenvolvimento e deixando os processos centralizados nos adultos (BARBOSA;QUADROS, 2017).

Dentro deste panorama, é comum observar que algumas práticas de cuidado na Educação Infantil sequer são questionadas e alguns saberes são fruto reprodução cultural, não tendo legitimidade científica, principalmente relacionados ao tema desfralde, uma vez que o assunto é pouco estudado dentro do campo da Pedagogia (BARBOSA; QUADROS, 2017); (NUNES *et al*, 2017).

A seguir serão apresentados resultados de recentes pesquisas da área de Educação e da Saúde, relacionadas ao processo de desfralde. Faz-se necessário esclarecer que em alguns estudos foi usado o termo desfralde, em outros treinamento esfinteriano, treinamento de toalete ou também retirada de fraldas. Os termos serão reproduzidos conforme foram utilizados na pesquisa referenciada.

2.3.1 Produção Científica sobre o tema: estudos recentes e suas contribuições

Por se tratar de um tema que pouco consta nas investigações acadêmicas da área de Educação, de acordo com a pesquisa de Barros e Quadros (2017), o desfralde não está tendo valor curricular e, por consequência, não aparece nos cursos de formação de professores. Ainda segundo as pesquisadoras, é necessário reverter esse panorama e defini-la dentro da discussão de “aprendizagens cotidianas de valor curricular” (BARROS; QUADROS, 2017, p. 48).

O objetivo da pesquisa foi problematizar práticas cotidianas da retirada das fraldas, uma vez que professores e alunos em geral vivem este momento de maneira descontextualizada, muitas vezes por meio de ações automáticas e irrefletidas.

Constatou-se que a ausência de diretrizes ou explicação em PPP, sobre o desfralde, fica refletida na prática do professor. 56% dos entrevistados disseram não saber da existência de normativa a respeito. O restante afirmou saber que o documento existia, mas não sabiam onde ele estava ou como se chamava.

Um dado muito importante foi ressaltado neste trabalho e se refere à completa falta de critério científico na forma de conduzir o momento desfralde. “Algumas professoras, relataram que são orientadas pela equipe diretiva da escola, por meio de discurso oral, no final da faixa etária 1 (crianças de 1 a 2 anos), a estimularem as crianças ao desfralde, preparando-as para o próximo ano” (BARBOSA; QUADROS, 2017, p. 60).

O motivo desta orientação foi o fato de que a turma seguinte tem mais alunos e menor número de professoras. As crianças deste contexto estão, portanto, forçadas a se adaptarem a algo para que a organização administrativa se adeque a organização na relação adulto-criança, definida por lei.

Com toda certeza, o trabalho conceitua e colabora com o avanço das pesquisas sobre o tema desfralde no ambiente escolar, trazendo a necessidade da reflexão pedagógica para que os direitos das crianças sejam respeitados e os currículos de formação de professores sejam aprimorados.

Em um outro trabalho, por meio de entrevistas e aplicação de questionário a familiares e professores de alunos de uma escola da rede privada do Município de Santa Maria-RS, Cohen (2021) analisou o conhecimento e as estratégias adotadas no processo de desfralde das crianças daquelas escolas. A autora concluiu que os entrevistados entendem que para iniciar o desfralde deve-se levar em consideração o respeito ao tempo da criança, mas na prática, o desfralde ainda acontece pela imposição dos adultos: particularmente mães ou professoras.

Em um estudo da área de Enfermagem, por sua vez, Souza (2019) avaliou o conhecimento de educadores da Educação Infantil sobre a temática treinamento esfincteriano em escolas públicas de Brasília. O método foi misto com uso de questionário e avaliação da experiência dos participantes.

Concluiu-se que os participantes apresentaram um nível inadequado de conhecimento sobre o assunto, porém possibilitam a promoção de hábitos saudáveis de eliminações. Verificou-se ainda que “existe um *déficit* na comunicação com os pais dos alunos, e uma falta de consenso quanto a responsabilidade do treinamento esfincteriano da criança” (SOUZA, 2019, p.8).

Ainda dentro da área de enfermagem, Mariano (2020) realizou um estudo pelo método de *Scoping Review*, para mapear evidências científicas sobre o processo de treinamento esfincteriano em crianças que frequentam instituições de ensino infantil. A pergunta norteadora foi saber quais eram os conteúdos das publicações científicas sobre o processo de treinamento esfincteriano em crianças que frequentam instituições de ensino infantil.

A pesquisadora concluiu que os estudos são semelhantes e que os resultados em grande parte convergiram para sustentar a hipótese de que a capacitação dos profissionais de saúde, educadores e pais é indispensável. Os resultados desta revisão confirmaram que há escassez de estudos nacionais sobre este tema, o que sugere uma carência de capacitação para trabalhar com o processo de treinamento esfincteriano.

Nunes e colaboradores (2017) realizaram um estudo clínico epidemiológico, transversal, descritivo e observacional, por meio de questionário aplicado a 167 educadores em nove creches da rede municipal de ensino da cidade de Florianópolis. O objetivo era verificar a percepção dos educadores acerca do aprendizado esfincteriano do pré-escolar e a síndrome de disfunção eliminatória. O resultado do estudo revela insatisfação dos educadores com seus conhecimentos sobre o tema e interesse em saber mais.

Em um artigo de revisão de literatura científica e leiga sobre o treinamento esfincteriano, os métodos, expectativas dos pais e morbidades associadas, Mota e Barros (2008) contribuíram de

maneira ímpar para o estudo do tema no Brasil. Trata-se de um estudo da área da Saúde, cujas fontes de dados abrangeram publicações do período de 1960 a 2007, com exame inicial de 473 artigos, sendo 85 os selecionados. As conclusões foram:

- a) na maioria dos países, o controle esfincteriano vem sendo adiado;
- b) os métodos de treinamentos são de décadas passadas, pouco valorizadas por mães e pediatras;
- c) treinamento inadequado pode ser ligado a diferentes distúrbios miccionais e intestinais, o que é ruim para as famílias e as crianças.
- d) os pais revelam expectativas irreais sobre a idade de retirada das fraldas e não levam em consideração o desenvolvimento infantil.
- e) o início precoce do treinamento esfincteriano, bem como os eventos estressantes associados, pode prolongar o processo de treinamento;
- f) enurese, infecção urinária, disfunção miccional, constipação, encoprese e recusa para ir ao banheiro é mais frequentemente observada em crianças expostas a treinamento inadequado;
- g) quanto à literatura leiga, ela foi considerada abundante e adequada, mas não largamente disponível para a população brasileira e
- h) somente três sociedades internacionais de Pediatria disponibilizam diretrizes sobre o treinamento esfincteriano.

Em comum, todos estes estudos tem o resultado do que já é notório no dia-a-dia das creches e escolas de Educação Infantil, é necessário ampliar e divulgar os novos conhecimentos a respeito do assunto desfralde, pois em muitos casos, não se respeita o desenvolvimento das crianças, expondo-as ao que podemos associar com um tipo de violência. Muitos são os relatos de casos de conflito entre as diretrizes e a prática (BARBOSA; QUADROS, 2017; NUNES *et al*, 2017; MOTA; BARROS, 2008).

Esta realidade afronta não somente o que preconiza a RCNEI e a LDB, mas também o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (BRASIL, 1991).

Como visto, a escola tem potencial enorme para colaborar ou prejudicar com os processos de desenvolvimento das crianças, inclusive durante o desfralde (TOSIN, 2022). Fica claro, portanto, que é urgente a necessidade de preparar adequadamente os profissionais da Educação para atuarem no processo de desfralde, em conjunto com as famílias, de forma a garantir os direitos das crianças e lhes proporcionar um desenvolvimento integral sadio e respeitoso, protegidas de violências físicas ou psicológicas ligadas ao imediatismo ou desinformação de seus cuidadores.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi de cunho quantitativo, com coleta de dados por meio de questionário com 11 perguntas, elaboradas com o intuito de investigar os conhecimentos dos acadêmicos de Pedagogia sobre o tema desfralde, por meio da plataforma *Google* formulários. O questionário foi respondido de forma virtual e, após a coleta dos dados, as informações obtidas foram analisadas e interpretadas de acordo com a literatura específica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi constituída por 54 estudantes do curso de Pedagogia que aceitaram o convite para responder ao questionário, sendo predominantemente do sexo feminino, com 50 mulheres (92,6%) e 4 (7,4%) homens.

Sobre a faixa etária dos participantes, 35,2% declarou ter 31 anos ou mais, seguido de 31,5% que declarou ter entre 22 e 25 anos. Quando questionados sobre terem ou não terem filhos, 29 participantes responderam que sim, tem filhos (53,7%).

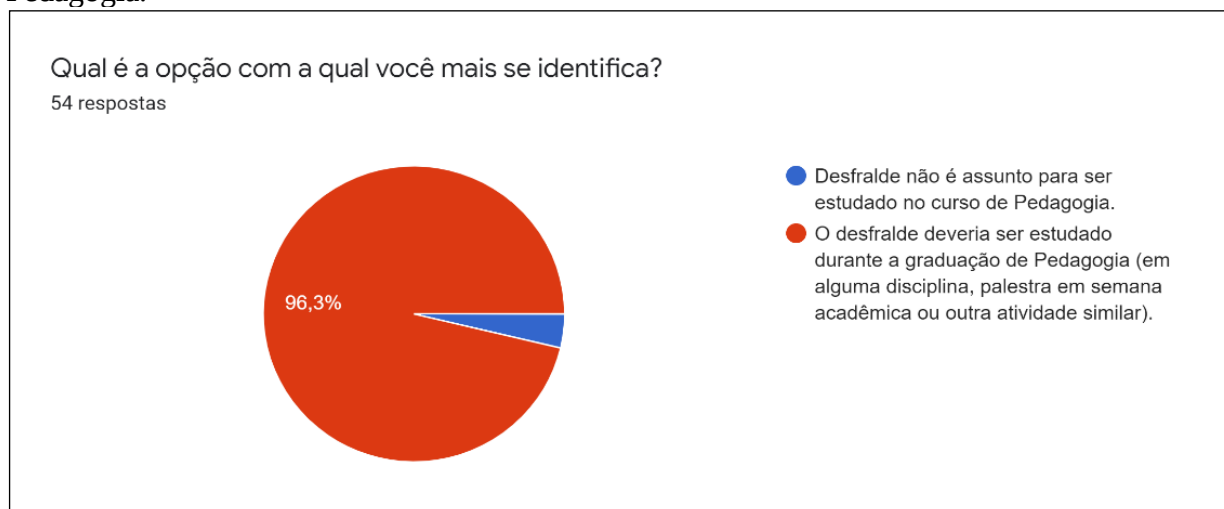
Em relação ao desejo de atuarem na Educação Infantil, 46 participantes (85,2%) declararam que pretendem atuar nesta etapa da Educação Básica, sendo que 28 estudantes que compõem a amostra total (54) já atuaram ou atuam na Educação Infantil, ou seja, 51,9%.

Dentre estes 28 que atuam ou já atuaram nesta etapa, 22 deles responderam que já entraram em contato com o assunto desfralde na prática profissional. Este número representa 40,7% do número total de alunos que responderam ao questionário.

Em contraste ao conhecimento sobre o tema por meio de atuação profissional, 44,4% do total de estudantes participantes da pesquisa respondeu que nunca entrou em contato com o assunto desfralde durante a graduação (nem mesmo por conversas com outros colegas), sendo que 4 estudantes sequer já ouviram falar sobre o tema, nem mesmo por meio de experiência pessoal ou troca de experiência entre colegas.

Ao serem interrogados sobre o que pensam sobre a hipótese de se estudar o tema desfralde na graduação de Pedagogia, 96,3% assinalaram a opção que dizia: “O desfralde deveria ser estudado durante a graduação de Pedagogia (em alguma disciplina, palestra em semana acadêmica ou outra atividade similar)”, demonstrando claramente que há interesse em se estudar o tema por parte dos graduandos, como demonstrado na figura 1.

Figura 1 – Questionamento sobre os estudantes considerarem o desfralde tema para a graduação de Pedagogia.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Um resultado que chama muito a atenção é que a maioria dos acadêmicos questionados não soube definir qual método de desfralde é considerado, por eles, o mais apropriado, pois misturaram conceitos diferentes de métodos diferentes (condicionamento ou desfralde guiado pela criança) em suas respostas.

Isso fica claro pelas respostas obtidas na última pergunta do questionário, que estava apresentada no questionário da seguinte maneira:

“Marque as opções que mais fazem sentido para você, quando se trata do assunto desfralde”

Opção a) As crianças precisam ser treinadas para deixarem as fraldas e a escola exerce importante papel nesse quesito.

Opção b) Por volta dos 2 anos já se pode iniciar a retirada das fraldas de uma criança, treinando-a.

Opção c) O desfralde coletivo na escola ajuda a criança a desenvolver sua capacidade de deixar as fraldas, pois todos são tratados da mesma forma, sendo treinados e incentivados constantemente.

Opção d) A fralda não é retirada pelos adultos, é deixada pela criança que a usa, no tempo dela.

Opção e) Um desfralde precoce pode causar malefícios à saúde.

Como visto no referencial teórico, existem diferentes métodos de desfralde. Basicamente estes métodos podem ser separados em dois grandes grupos, de acordo com Tosin, 2022: no primeiro grupo

ficaria o desfralde guiado pela criança, acompanhados pelos seus cuidadores (métodos de acompanhamento) e no segundo grupo os métodos de treinamento esfinteriano guiados pelos adultos que cuidam desta criança (métodos de condicionamento).

Ao analisarmos a última questão do questionário, tem-se que:

Na opção “a” usa-se o termo treino, deixando claro que esta sentença expressa um método em que o adulto protagoniza o desfralde, e não a criança.

Na opção “b”, há estabelecimento de um critério para o desfralde, que é a idade de 2 anos, quando seria o período em que, por um método centrado no adulto, a criança iniciaria um treinamento esfinteriano para retirada da fralda.

A opção “c” explicita o desfralde feito de maneira a desrespeitar a individualidade da criança, por método centrado no adulto e conhecido no meio escolar como desfralde coletivo.

A opção “d” aponta claramente para o método de desfralde centrado na criança, que é base do desfralde respeitoso.

Finalmente na opção “e” tem-se informação importante sobre o tema, que é a correlação do desenvolvimento de sequelas associadas a um desfralde inadequado.

A maioria das respostas dadas mostra que não há definição de escolha de método para o desfralde por parte dos graduandos, o que aponta para um desconhecimento sobre estes métodos e suas implicações.

Idealmente, esperava-se que todos os estudantes assinalassem pelo menos a última opção (e), o que demonstraria um conhecimento mínimo sobre desfralde, uma vez que há comprovação científica de que o desfralde precoce pode causar malefícios à saúde (Akbal *et al*, 2005; Kajbafzadeh *et al*, 2011; Silva, 2021). Porém, apenas 14 dos 54 estudantes reconheceram esta opção como verdadeira.

Desta forma, fica evidente que a maioria dos alunos da graduação de Pedagogia não estão devidamente instruídos em relação ao tema desfralde. Isto pode implicar em uma atuação em que haverá aplicação de conhecimentos aprendidos fora da graduação, muitas vezes ensinados por outras pessoas que também desconhecem os avanços científicos da área ou que simplesmente reproduzem saberes enraizados na cultura em que estamos inseridos.

Um destes métodos totalmente traumáticos, porém ainda presente em alguns estabelecimentos de Educação Infantil, é o chamado desfralde coletivo. Esta prática desrespeita a criança em seu direito de ser tratada conforme seu desenvolvimento individual e certamente deveria ser extinta, uma vez que desconsidera a intencionalidade da criança no processo e provoca um sentimento de inadequação pelas crianças que ainda não atingiram as expectativas dos adultos (Tosin, 2022). Desfralde coletivo desrespeita a criança e seu tempo e certamente está inadequado perante os pressupostos da RCNEI.

O desfralde não deve ser visto como uma conquista, é um processo que envolve amadurecimento e não se deve sujeitar crianças à exposição ou vulnerabilidades como o desfralde coletivo, porém, esta prática que foi expressada na questão analisada pela letra “c”, foi assinalada como método coerente para desfralde por 65% dos graduandos.

Se levarmos em conta que 85% dos alunos que participaram da pesquisa pretendem atuar na Educação Infantil, fica evidente que o tema desfralde precisa ser incluído no currículo do curso de Pedagogia.

Os ganhos seriam imensos, uma vez que ao ter que atuar com esta faixa etária o professor saberia quais são as formas mais corretas de acompanhamento de um desfralde, praticado com total respeito aos direitos da criança e com humanização do seu trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como existem diferentes métodos para alfabetizar uma criança, por exemplo, existem métodos diferentes para auxiliá-la no processo de desfralde. É a partir do conhecimento teórico, da aplicação de métodos distintos e dos resultados obtidos ao longa da história que avançamos nas melhorias das práticas educativas e na forma de cuidar das crianças em sociedade.

Deste modo, aprender na graduação de Pedagogia quais são as formas respeitosas de conduzir os processos vivenciados pela criança, é dar ferramenta ao professor para que ele possa fazer escolhas cientificamente benéficas aos seus alunos, tanto nos momentos do ensinar ou educar, quanto nos momentos do cuidar.

De forma geral, no Brasil, o estudo do desfralde não está incluído nos currículos de formação dos professores de Educação Infantil, o que acarreta em uma formação deficitária destes profissionais, propagando a desinformação. Isto ficou claro neste trabalho, cujas respostas ao questionário demonstraram insuficiente conhecimento sobre o tema.

Evidencia-se, desta forma, que discutir a inclusão dos conceitos relacionados aos cuidados de uma criança, na graduação de Pedagogia, é tão importante quanto ensinar os métodos de ensino dos demais conteúdos pedagógicos. É acima de também uma questão de saúde e atende aos enunciados da RCNEI.

REFERÊNCIAS

- AKBAL, C. E. M. *et al* Dysfunctional voiding and incontinence scoring system: quantitative evaluation of incontinence symptoms in pediatric population. **The Journal of urology**, v. 173, n. 3, p. 969-973, 2005.
- ARRIBAS, Teresa Lleixà. **Educação infantil**: desenvolvimento, currículo e organização escolar. 5ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BARBOSA, Maria Carmen; QUADROS, Vanessa. **As aprendizagens cotidianas**: os cuidados pessoais das crianças como gesto curricular. Em Aberto, v. 30, n. 100, 2017. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3213/2948>. Acesso em 28 mar. 2022.
- BISTAFFA, Vanilda Divina Almério. **Um estudo sobre a relação entre educar e cuidar de crianças bem pequenas, segundo a percepção de profissionais da Educação Infantil**. Dissertação. Mestrado em Ensino e Processos Formativos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto. 2022.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.
- BRASIL, **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 25 mar. 2022.
- BRASIL, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1998. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Vol. 1. Brasília, DF. 1998. MEC/SEF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em 25 mar. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf Acesso em 20 mar. 2022.
- CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, 2012.
- COHEN, Renata Alves da Silva. **O entendimento de professoras e familiares referente ao processo de desfralde de crianças bem pequenas**. 2021. 43f. Trabalho de conclusão de curso (TCC) – Curso de Pedagogia – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.
- GROPPO, Ana; CECCONI, Candidi; MONTONI, Carla; MILANI, Gissele; CASTANHO, Indi; GHIZONI, Luiza, SOARES, Máira. Desfralde Consciente. 2021. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso (E-book). Certificação em Atuação Consciente, turma IV. Escola da Educação Positiva. 2021. Disponível em: <https://www.coisasparagameos.com.br/ebookdesfralde>. Acesso: 10 de abr. 2022.
- HODGES, S. J.; SCHLOSBERG, S. **It's No Accident: Breakthrough Solutions To Your Child's Wetting, Constipation, Utis, And Other Potty Problem**. Connecticut: Lyon Press. 2012.

KAJBAFZADEH, Abdol-Mohammad *et al* Animated biofeedback: an ideal treatment for children with dysfunctional elimination syndrome. **The Journal of urology**, v. 186, n. 6, p. 2379-2385, 2011.

MARIANO, Palloma Jorge. **Treinamento esfinteriano em crianças que frequentam pré-escola: uma revisão de escopo**. 2020. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico). Orientadora: Profa. Dra. Gisele Martins. Departamento de Enfermagem, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2020.

MOTA, Denise M.; BARROS, Aluisio JD. Treinamento esfinteriano: métodos, expectativas dos pais e morbidades associadas. **Jornal de Pediatria**, v. 84, p. 9-17, 2007.

MOTA, Denise M.; BARROS, Aluisio JD. Aquisição do controle esfinteriano em uma coorte de nascimentos: situação aos 2 anos de idade. **Jornal de Pediatria**, v. 84, p. 455-462, 2008.

MRAD, F.C.C., Vasconcellos M.M.A., Junior J.B., Rondon A.V., Araújo L.A., Júnior U.B. *et al* Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. Sociedade Brasileira de Urologia. Departamento de Urologia Pediátrica da Sociedade Brasileira de Urologia. **Manual de orientação: Treinamento esfinteriano**. São Paulo: Portal da Urologia. Triênio 2019/2021. Disponível em: https://portaldaurologia.org.br/medicos/wp-content/uploads/2020/01/Treinamento_Esfinteriano.pdf. Acesso em 03 abr. 2022.

NUNES, Gabriela *et al* A percepção dos educadores acerca da disfunção eliminatória. 2017. **Residência Pediátrica**, v. 7, p. 97-101, 2017.

OLIVEIRA, Z. D. M. R. (2010). **O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais?** En Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais, Belo Horizonte. (pp. 1-14). 2010.

OLIVEIRA, Marcia Aparecida; DONELLI, Tagma Marina Schneider; CHARCZUK, Simone Bicca. Cuidar e educar: o sujeito em constituição e o papel do educador. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, p. e213679, 2020.

PEREIRA, Karollaine Gomes. **O brincar no desenvolvimento integral da criança na educação infantil**. 2020. 48f. Trabalho de conclusão de curso (TCC) – Curso de Pedagogia - Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

PIMENTA, Selma Garrido; FUSARI, José Cerchi; PEDROSO, Cristina Cinto Araújo; PINTO, Umberto de Andrade. Os cursos de licenciatura em pedagogia: fragilidades na formação inicial do professor polivalente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 1, p.15-30, jan./mar. 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & Sociedade**, n. 68, p. 239-277.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SILVA, Sirlete de Andrade. **Atuação da fisioterapia pélvica nas disfunções urinárias infantis: uma revisão Integrativa.** 2021. 71f. Trabalho de conclusão de curso (TCC) – Curso de Fisioterapia - Centro Universitário AGES, Paripiranga, 2021.

SOUZA, Bruna Marcela Lima de. **Conhecimentos, atitudes e práticas relacionados ao treinamento esfinteriano: estudo com professores de instituições públicas de educação infantil de Brasília.** 2015. 17f. Monografia Bacharelado em Enfermagem - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SOUZA, Bruna Marcela Lima de. **Conhecimento e experiência de profissionais da educação infantil acerca do processo de treinamento esfínteriano em crianças pré-escolares.** 2019. 135f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Enfermagem – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

TOSIN, Márcia. **Criação Neurocompatível: uma visão revolucionária sobre o desenvolvimento infantil.** Organização e edição Marina Kohlsdorf. Colombo, PR. Ed. da Autora, 2022.

VALENÇA, Sandra Mara Gonçalves; CHIRELLI, Mara Quaglio; DA ROCHA TONHOM, Silvia Franco. Perspectiva dos educadores sobre o cuidado na formação de crianças de zero a dois anos. **Campo Abierto. Revista de Educación**, v. 39, n. 2, p. 155-168, 2020.